

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 4/2014

---- **PRESIDÊNCIA:** Doutora Leonor Pais -----

---- **1.ª SECRETÁRIA:** Dr.ª Cristina Matos -----

---- **2.º SECRETÁRIO:** Sr. António Fernandes -----

---- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e catorze, no Auditório dos Paços do Concelho, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia vinte de junho. -----

---- Sendo vinte e uma horas e dez minutos foi feita a chamada, verificando-se as ausências dos seguintes membros municipais: Dr. Luís Coimbra, e senhores Alberto José Abreu Figueiredo, Jorge Manuel Coelho, Rui Filipe Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de São João da Fresta e Presidente da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, respetivamente. -----

---- De acordo com o artigo 29º, n.º 2, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi justificada a falta do senhor Rui Coelho, Presidente da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, à sessão extraordinária desta Assembleia Municipal do dia vinte e oito de maio de 2014. -----

---- Estiveram presentes, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Azevedo, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Joaquim Patrício, os senhores Vereadores Dr.ª Maria José Coelho, João Lopes, Eng.º Joaquim Lúcio Messias e Dr. Aníbal Maltez. -----

---- Procedeu-se à votação da ata da sessão ordinária, de vinte e oito de abril de 2014, a qual foi aprovada por maioria, sendo as abstenções devidas a ausências à sessão. -----

---- Procedeu-se ainda à votação da ata da sessão extraordinária, de vinte e oito de maio de 2014, a qual foi aprovada por maioria, sendo as abstenções devidas a ausências à sessão. --

-----**ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA:** -----

---- A senhora *Presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos Membros da Assembleia. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- Tomou a palavra o senhor *Alexandre Constantino*, presidente da União de Freguesias de Tavares, para fazer um convite aos membros da Assembleia Municipal para, querendo, estarem presentes no dia um de julho, cerca das doze horas, na assinatura do protocolo entre a União de Freguesias de Tavares, o senhor secretário de estado, Dr. Sérgio Monteiro, e a empresa NÓS Portugal. -----

---- O senhor *Rui Vaz* questionou o senhor presidente da Câmara Municipal, Dr. João Azevedo, sobre se o revisor de contas (ROC) contratado já tinha concluído os trabalhos e se no seu parecer existe alguma reserva na certificação das contas. Outra questão prendia-se com o facto de estar ou não, neste momento, a decorrer alguma inspeção aos serviços da Câmara Municipal e qual o motivo. -----

---- A senhora Dr.^a *Fátima Tavares* felicitou a autarquia pela realização do seminário onde foi apresentado o CIDEM (Centro de Inovação e Dinamização Empresarial de Mangualde). Mais expressou que tudo o que dizia respeito a alavancar a indústria lhe era muito querido. Tinha gostado da iniciativa e lamentava que pouca gente tivesse aderido, nomeadamente os senhores presidentes de junta de freguesia que são quem leva a mensagem às populações e tinha sido importante que estivessem presentes. -----

---- Quanto ao desenvolvimento económico de Mangualde pensava ser de todo importante atrair investidores para o concelho se se quiser um concelho desenvolvido, porque sem criação de postos de trabalho, empresas, as pessoas não se fixam. Referiu que tinha feito um levantamento e os dados eram fidedignos, do Ministério da Justiça, desde o dia um de janeiro até ao dia vinte e sete de junho, do corrente, foram criadas nove empresas e encerradas doze, em Mangualde, comparando com outros concelhos vizinhos que criaram mais do que encerraram, devia-se meditar sobre o assunto e questionar sobre o porquê de isto estar a acontecer em Mangualde. O CIDEM vinha dar uma ajuda e por isso esperava-se o desenvolvimento económico do concelho.-----

---- O senhor *João Gonçalves* questionou o senhor Dr. João Azevedo sobre o ponto de situação do parque de estacionamento para deficientes motores junto às Finanças, pois este era muito mais pequeno que os restantes na cidade e daí haver dificuldade em estacionar.---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Interveio o senhor Dr. *Sobral Abrantes* que agradeceu o convite do senhor presidente da União de Freguesias de Tavares e afirmou que a assinatura do protocolo era uma organização do governo e da NÓS e que a bancada da coligação já havia sido convidada, pelo que enaltecia o facto de ter sido escolhida Chãs de Tavares para a assinatura de um protocolo tão importante a nível nacional e a divulgação que acarreta como era óbvio, levando em consideração a presença do membro do governo, Dr. Sérgio Monteiro, que era natural da freguesia de Chãs de Tavares, e daí ter tido esta iniciativa. -----

---- Outra questão que não podia deixar passar era a reorganização do parque escolar pelo que manifestava a discordância da bancada da coligação P.S.D/C.D.S pelo encerramento das escolas de Gandufe e Cunha Baixa. A perspectiva de encerrar escolas era a mais fácil, pelo que deveriam ser criadas condições para fixar os alunos e não optar pela solução mais fácil que era o fecho das escolas. O número de alunos era diminuto, mas este não representava o número de alunos das freguesias, representava o facto de nas freguesias não se criarem condições para as crianças frequentarem essas escolas, pelo que manifestava publicamente a discordância da bancada da coligação pelo encerramento das mesmas, e desejava que a Câmara Municipal acautelasse devidamente o transporte das crianças para as novas escolas. -----

---- O senhor Dr. Sobral Abrantes questionou ainda o senhor Dr. João Azevedo relativamente ao andamento de algumas obras no concelho: -----

---- a conclusão da Avenida da Senhora do Castelo, que na sessão de abril da Assembleia Municipal foi dito que havia uma prorrogação de prazo para trinta de maio, o que pelos vistos não aconteceu, e manifestava mais uma vez a sua discordância pela prorrogação dos prazos; -----

---- a Unidade de Saúde Familiar (USF), como vai mudando de empreiteiro, gostaria de saber qual o prazo para a conclusão da obra e após a sua conclusão se estava prevista a sua abertura e para quando; -----

---- a questão dos parquímetros que já foi analisada em reunião de Câmara Municipal aguardava que os novos funcionassem melhor que os atuais, pois para estes não havia qualquer fiscalização e só pagavam as pessoas que vinham de fora do concelho. A razão de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

existência dos parquímetros não era a do pagamento, mas sim da rotação de lugares o que atualmente não existia, e a receita para a Câmara Municipal devia ser tão diminuta que por esse motivo não havia fiscalização, pelo que questionava o senhor presidente da Câmara Municipal se no futuro se ia manter a falta de fiscalização ou não.-----

---- O senhor *Marco Almeida* parabenizou o senhor presidente da Câmara Municipal, pois há já vários anos que vinha assistindo às sessões da Assembleia Municipal e neste dia ouvia a senhora Dr.^a Fátima Tavares dizer que abriram empresas em Mangualde, e durante muitos anos isto não aconteceu, pelo contrário, só havia empresas a fecharem, hoje em dia havia uma mudança devido às políticas implementadas por este executivo. O senhor Dr. Sobral Abrantes também já falava em obras, e antes não se falava, agora o problema era para quando a sua conclusão.-----

---- O senhor Marco Almeida lançou um repto aos membros da coligação na bancada da Assembleia Municipal de Mangualde sobre se já se tinham interrogado sobre o motivo do governo ter aumentado os impostos para os empresários, de haver portagens na A25, porque estes eram motivo de preocupação.-----

---- O senhor *Alexandre Constantino* esclareceu ser a segunda vez que tratava da logística de um evento e até àquele momento não tinha tratado de nada com o senhor secretário de estado, apenas com a empresa NÓS. Não duvidava do convite do senhor secretário de estado à bancada da coligação na Assembleia Municipal e também não duvidava que tivesse alguma influência o senhor secretário de estado ser da freguesia de Chãs de Tavares, o que muito o orgulhava, mas insistia que o evento era da NÓS, até porque a empresa iria oferecer um almoço a todos os presentes e seria muito mau que fosse o governo a esbanjar esse dinheiro.-----

---- Tomou a palavra o senhor Eng.º *João Tiago* para dizer que também estava solidário com as freguesias de Cunha Baixa e de Espinho pelo encerramento das escolas do primeiro ciclo salientando uma diferença importante face a outros encerramentos. Durante algum tempo defendeu-se que, pedagogicamente, poderia ser importante ou não, haver a consolidação de um trabalho para que as escolas fossem gradualmente substituídas por forma a que pudessem ser equipamentos dotados de condições suficientemente dignas em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

igualdade para todas as crianças do país. Houve uma altura em que isso foi possível com a construção dos centros escolares. Este executivo conseguiu dotar Mangualde com um centro escolar e se o anterior executivo estivesse preocupado com a educação tinha proposto pelo menos um centro escolar e hoje podiam existir dois centros escolares. -----

---- A bancada do P.S. era contra o progressivo esvaziamento de todo o interior, de todos os serviços públicos que o governo estava a concretizar, mas havia a esperança de se poder reativar no futuro a importância que o interior já teve. -----

---- Quanto às obras por concluir, a Avenida da Senhora do Castelo esteve anos por realizar e no anterior executivo chegou-se a dizer que era a Lusoscut que a iria pavimentar, este executivo lançou a obra e estava em fase de conclusão. -----

---- A senhora Dr.^a *Fátima Tavares* respondeu ao senhor Marco Almeida dizendo que não precisava de usar as suas palavras para defender o executivo, porque quando existiam obras que mereciam destaque sempre foi a primeira a mencioná-las e a dar os parabéns a quem de direito, como foi o caso hoje. O que tinha querido dizer era que já era expectável que Mangualde estivesse mais desenvolvido do que aquilo que estava. -----

---- O senhor *Marco Almeida* disse à senhora Dr.^a Fátima Tavares que Mangualde também gostaria de estar na frente quanto ao balanço entre a criação e o fecho de empresas no concelho, mas enquanto este executivo não conseguir pagar as dívidas deixadas pelo anterior executivo não poderá oferecer melhores condições. -----

---- O senhor Dr. *João Azevedo*, presidente da Câmara Municipal de Mangualde, explicou ao senhor Rui Vaz que as questões relativas ao ROC estavam a decorrer de forma normal e havia recomendações do foro contabilístico, técnicas; quanto à inspeção aos serviços estava a decorrer uma inspeção ordinária aos serviços e oportunamente os senhores membros da Assembleia Municipal seriam informados do resultado da mesma. -----

---- No que se refere ao CIDEM, questão mencionada pela senhora Dr.^a Fátima Tavares, disse que todos queriam mais empresas, mais investimento para Mangualde, mas atualmente o momento não era o mais propício, o país estava a atravessar uma grave crise económica, financeira e social e por isso as expectativas dos empresários eram muito mais reduzidas naquilo que era o investimento que deviam fazer. No entanto, acreditava que era

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possível atrair mais investimento para Mangualde de uma forma gradual e eficaz e o CIDEM poderia ser um acelerador de iniciativas. Quem esteve presente no seminário de apresentação do CIDEM pôde perceber que havia uma estratégia diferente no mundo global, não só a ligação física das empresas, mas também a via eletrónica pelo que havia a necessidade de fazer esse upgrade no concelho com os produtos endógenos em que se podia servir as pessoas dentro e fora do concelho, no país, e até no estrangeiro de novas formas de promover os territórios.-----

---- A questão do estacionamento para deficientes junto à Repartição de Finanças de Mangualde, este encontrava-se numa das pontas do estacionamento global e os serviços da Câmara Municipal iriam proceder à sua alteração/correção.-----

---- As escolas que iriam encerrar, a Câmara Municipal também estava contra esta situação, fazendo-se ouvir nos fóruns próprios, mas era uma decisão da tutela, do Ministério da Educação. -----

---- Ainda no que se refere às obras por concluir, o senhor Dr. João Azevedo disse ao senhor Dr. Sobral Abrantes que durante doze anos ele não se tinha preocupado com isso, e que a Avenida da Senhora do Castelo era uma obra muito complexa, faltando ao longo dos anos infraestruturas básica, mas estava a ser concluída; a USF o senhor Vice-Presidente, Eng.º Joaquim Patricio explicaria a situação; os parquímetros estavam a decorrer os procedimentos decorrentes do concurso público.-----

--- O senhor Vice-Presidente, Eng.º *Joaquim Patricio*, explicou ao senhor Dr. Sobral Abrantes que a nível nacional muitas obras não demoravam tempo, paravam, porque a maioria das empresas ou estava insolvente ou abandonava as obras. No caso concreto de Mangualde, e quanto às obras havia consenso, a Câmara Municipal ou segue pela via do contencioso ou entra em negociação com as empresas envolvidas, normalmente prefere a última via. A USF, a primeira e segundas empresas contratadas tornaram-se insolventes e a Câmara Municipal de Mangualde teve que renegociar, e no tempo mais curto possível a obra será inaugurada. Ainda no que se refere à Avenida Senhora do Castelo não se podia dizer que as colunas de iluminação estavam a ser mal colocados, havia fiscalização dos serviços da Câmara Municipal, e sendo responsabilidade do empreiteiro e/ou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

subempreiteiro, se a fiscalização identificasse erros com certeza que os faria corrigir como já aconteceu noutros casos. As obras seriam concluídas nos prazos que fossem possíveis e tendo em conta as negociações com as empresas e o bom senso, pois era entendimento deste executivo que quando uma empresa estava em dificuldades deveria haver alguma preocupação para evitar que mais pessoas ficassem desempregadas. -----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* congratulou-se pela colaboração da União de Freguesias de Tavares na iniciativa do governo e da NÓS o que por si só já tinha trazido alguma vantagem, tendo sido possível limpar o acesso a Chãs de Tavares pelo lado da A25 e se não fosse pela assinatura do protocolo se calhar isto não tinha sido feito, apesar de não ser da competência do governo. -----

---- Relativamente à execução das obras, todas as sessões da Assembleia Municipal se falam das mesmas, mas também não havia outras, e como eram poucas havia que festejar. Lamentava que o P.S. ficasse satisfeito pelos prazos não serem cumpridos sistematicamente, a bancada da coligação tinha outra posição. Felizmente os senhores presidentes de junta de freguesia não agiam como a Câmara Municipal, nas freguesias as obras eram concluídas no prazo. -----

---- Dado que se aproximava a elaboração do orçamento e plano plurianual para o próximo ano, o senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que sempre foi apologista de uma evolução na elaboração destes documentos, de acordo com os tempos e com o que se adequava às populações. Esta Câmara Municipal nunca o fez, mas podia elaborar um orçamento participativo. Um orçamento participativo significava a participação dos mangualdenses nas decisões sobre obras no concelho que considerassem mais importantes. -----

---- No passado, enquanto vereador sugeriu que o orçamento fosse participativo, o que nunca foi acolhido, mas com a evolução dos tempos, cada vez mais autarquias estavam a optar por esta via. -----

---- Deveria ser destinada uma verba para as obras do orçamento participativo, poderia ser uma ou mais obras, dependendo do valor que a Câmara Municipal disponibilizaria para alocar a estas obras colocando estas previamente em discussão pública no site da Câmara Municipal, sendo a mais votada a que o executivo assumisse o compromisso. Esta era uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

forma de todos os mangualdenses terem intervenção no orçamento, de darem o seu contributo.-----

---- Em nome da bancada da coligação P.S.D/C.D.S, o senhor Dr. Sobral Abrantes propôs a seguinte proposta para um orçamento participativo: *“Considerando que: 1º importa incentivar a participação dos mangualdenses na elaboração dos orçamentos municipais e na definição dos investimentos concelhios prioritários; 2º importa que na definição dos investimentos públicos concelhios, além de se levarem em consideração os critérios técnicos e financeiros se considerem as necessidades sentidas pelas pessoas; 3º importa incentivar a democracia direta, deixando os cidadãos de serem meros observadores passando a ser participantes críticos, ativos e reivindicadores; 4º o bom resultado obtido em dezenas de municípios deste país, quer na participação dos munícipes quer no contributo para o reordenamento de prioridades, propomos que, a Assembleia Municipal de Mangualde recomende à Câmara Municipal de Mangualde um orçamento e plano de atividades para o ano de 2015 e subsequentes, incrementando a participação dos mangualdenses na definição dos investimentos prioritários do concelho, afetando verba no valor correspondente a 2% do orçamento, para a execução de investimentos indicados pelos munícipes.”*-----

---- O valor de 2% era entendido pela bancada da coligação como um valor mínimo que como era óbvio ficaria ao critério da Câmara Municipal definir o valor exato considerando esta base.-----

---- O senhor Dr. *João Azevedo* respondeu ao senhor Dr. Sobral Abrantes dizendo que quanto ao princípio para um orçamento participativo havia pontos em que convergiam e outros não, e quanto aos 2%, contabilizando os 20000000,00€ (vinte milhões de euros) do orçamento anual, eram 400000,00€ (quatrocentos mil euros) que não sabia como os poderia disponibilizar para um orçamento deste género. Se a bancada da coligação sugere que se baixem os impostos, que se façam mais obras, que se aumentem as verbas transferidas para as juntas de freguesia e ainda sugere que se disponibilizem 2%, não tinha solução para o caso. Havia um acordo com o estado para resolver a dívida da Câmara Municipal e por isso, estando disponível para discutir o assunto, não sabia como

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disponibilizar 400000,00€ (quatrocentos mil euros) num orçamento em que as verbas afetadas eram na sua maioria para pagar dívida. -----

---- O senhor *Alexandre Constantino* informou ainda o senhor Dr. Sobral Abrantes que a ASCENDI e o governo não fizeram limpezas na freguesia de Chãs de Tavares, o que limpavam foram as rotundas, a entrada para a freguesia já estava limpa e era o que o seu executivo fazia quando crescia a vegetação. -----

---- O senhor Eng.º *João Tiago* disse que relativamente a um orçamento participativo, era um fato que a evolução da democracia era algo para a qual tinha trabalho sempre que podia e a vários níveis, e a criação dos orçamentos participativos foi algo que nos últimos tempos mais aproximou as populações dos eleitos. Era algo que nos devia nortear e que se deveria ter como objetivo, era uma excelente ideia e que aproximava as pessoas dos decisores e as decisões das pessoas com a vantagem de não se poder dizer que as decisões eram dos outros, dos eleitos, isto obrigava a que o cidadão se empenhasse de uma maneira mais intensa e mais próxima da realidade. -----

---- A bancada do P.S não podia ser mais a favor de qualquer que seja a proposta para um orçamento participativo em Mangualde, julgavam era que para que isso fosse possível não se podia estipular uma medida que fosse o seu pior inimigo. O estabelecimento de um teto que, por ser impraticável, não seja cumprível. Lançava assim uma sugestão à bancada da coligação do P.S.D/C.D.S, o valor de 2% era elevado, e num primeiro orçamento em vez de se estabelecer um valor relativo se estabelecesse um valor absoluto. Se a bancada da coligação fizesse uma redação à proposta mais flexível poderia contar com o apoio da bancada do P.S. e com a Câmara Municipal. À Assembleia Municipal cumpria o papel fiscalizador das finanças públicas do município e não votaria em consciência um aumento ou uma realocação da despesa muito grande, sabendo que na Assembleia Municipal se votou em conjunto o plano de saneamento financeiro e o PAEL. Ou seja, a medida apresentada era boa, o seu voluntarismo e mediatismo não a podiam tornar má, pelo que este assunto requeria alguma reflexão relativamente aos 2%, porque no orçamento existiam rubricas que não tinham 2% de verba. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- A senhora Doutora *Leonor Pais* disse que não tinha compreendido que a proposta da bancada da coligação era para ser votada pelo que sugeriu que, havendo flexibilidade e visto que o princípio do orçamento participativo era bem acolhido, e após a intervenção do senhor Eng.º João Tiago, se chegasse a um consenso entre as bancadas quanto ao valor a disponibilizar para que a proposta pudesse ser viável e ser votada.-----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que sendo a proposta de recomendação teria que ser votada. Quanto à intervenção do senhor presidente da Câmara Municipal dizia que ele não havia pedido para se fazer mais obras, a forma de decisão de como estas seriam feitas é que mudava, em vez de ser o executivo a decidir tudo, parte da competência seria delegada nos mangualdenses. -----

---- Quanto ao valor para o orçamento participativo, visto o princípio ser bem acolhido por todos, a bancada da coligação não tinha uma posição dogmática, e como a bancada do P.S manifestou vontade de colaborar, baixavam o valor de 2% para 1% na proposta apresentada. -----

---- O senhor Dr. *João Azevedo* disse que a situação financeira da Câmara Municipal de Mangualde era difícil, e que não podia dizer aos presidentes de junta de freguesia que as verbas a transferir ainda iriam ser menores. Estava disponível para discutir um orçamento participativo, mas o executivo não podia assumir um valor fixo que não seria concretizável. -----

---- Interveio o senhor Eng.º *João Tiago* para propor que um membro de cada bancada representada na Assembleia Municipal de Mangualde e o executivo camarário fizessem uma reunião para articularem uma forma que fosse o mais consensual possível, até porque um orçamento participativo só fazia sentido se fosse consensual, de maneira a que fosse retirado ou revisto um valor a sugerir ou não. -----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que este princípio só tinha utilidade se fosse estipulado um valor e que a Câmara Municipal poderia não acatar a recomendação feita. As obras a fazer não tinham que ser na cidade, seriam no concelho em geral, e a bancada do P.S. ainda não tinha sugerido nenhum valor em concreto. O valor tinha que dar exequibilidade prática à proposta e a bancada da coligação estava disposta a ponderar. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O senhor Eng.º *João Tiago* disse que a bancada do P.S estava de acordo com o princípio e como tal não o queriam limitar, pelo que sugeriu à bancada da coligação que retirassem a proposta tal como a apresentaram ou o P.S votaria contra. -----

---- A senhora Dr.ª *Ângela Tomás* disse que, na sequência das intervenções anteriores e se as obras a incluir num orçamento participativo se referiam ao concelho, questionava os senhores membros municipais de qual seria o papel dos senhores presidentes de junta de freguesia. Na sua óptica os senhores presidentes de junta de freguesia tinham um papel preponderante no concelho e davam conhecimento à Câmara Municipal das necessidades de cada freguesia, daí a Câmara Municipal adjudicar o orçamento de acordo com essas necessidades. Lançava o repto para que se pensasse qual seria o papel das juntas de freguesia num orçamento participativo.-----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que do teor da intervenção da senhora Dr.ª *Ângela Tomás* lhe parecia ser contra o princípio da democracia direta, que era o que a sua proposta defendia, pelo que quanto a este ponto não chegavam a acordo. Os senhores presidentes de junta de freguesia tinham o seu próprio orçamento na junta de freguesia e o que a bancada da coligação defendia eram os munícipes poderem intervir no orçamento da Câmara Municipal e isto era democracia direta, ou se estava a favor ou se estava contra. -----

---- Relativamente ao valor de 2% a designar, caberia aos senhores membros municipais do P.S. se eram ou não a favor de um orçamento participativo, pois numa manifestação de abertura aceitava alterar o valor da proposta para 1% para a proposta ser sujeita a votação. -

---- O senhor Eng.º *João Tiago* disse que o princípio era comum a todos os membros, mas votaria contra a proposta do P.S.D/C.D.S e apresentaria uma declaração de voto onde diria que *“somos favoráveis ao orçamento participativo, apresentaremos a seu tempo, depois de devidamente estudada uma proposta nesse sentido, que poderá até ser de 5%, o que não fazemos e nunca faremos nesta Assembleia, é fazer aprovar qualquer tipo de aumento da despesa sem o devido estudo. Chama-se a isto governação responsável. Contam connosco para todas as propostas quando estas se vincularem a este princípio. Mais democracia, mais responsabilidade, melhor gestão. Quando for só mais democracia, mais*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

irresponsabilidade e pior gestão, não contem connosco, por isso o P.S chumbará esta proposta e fará aprovar uma outra que seja de muito mais bom senso.” -----

---- Posta à votação a proposta de recomendação, à Câmara Municipal de Mangualde, da bancada da coligação do P.S.D/C.D.S para a elaboração de um orçamento participativo no valor de 1%, a mesma foi recusada com os votos contra da bancada do P.S e Juntas de Freguesia de Abrunhosa-a-Velha, Alcafache, Cunha Baixa, Fornos de Maceira Dão, Freixiosa, Quintela de Azurara, União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, União das Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, União das Freguesias de Tavares e abstenção da Junta de Freguesia de Espinho.-----

---- Pelo senhor Eng.º *João Tiago* foi ainda proferida a seguinte declaração de voto aquando da leitura da presente ata sob a forma de simples minuta: “*os membros da bancada do P.S da Assembleia Municipal de Mangualde, defensores do princípio do orçamento participativo e da sua cabal concretização, a bem de todos os munícipes e do seu município, votam contra a proposta apresentada pela bancada da coligação do P.S.D/C.D.S, uma vez que esta se centra única e exclusivamente na estipulação de um valor numérico para algo que deve ser um avanço de cidadania. Uma vez que, manifestada a opinião do P.S e a sua concordância num debate profundo acerca do que deve ser o orçamento participativo e não ficar limitado meramente a um instrumento numérico de chicana política, os deputados do P.S reiteram o seu voto contra, estando favoravelmente ao princípio convocados para apresentar em posterior Assembleia Municipal uma proposta digna do nome de orçamento participativo.*” -----

---- **Ponto Primeiro da Ordem do Dia “Apreciação da Informação Escrita sobre a atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo”-----**

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

---- **Ponto Segundo da Ordem do Dia “Regulamento de Funcionamento das Piscinas Municipais de Mangualde - alteração” - aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----**

---- A senhora Dr.ª *Patrícia Fernandes* solicitou esclarecimentos quanto à isenção de taxas às associações e coletividades e que não entendia o porquê. Na reunião de Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal o senhor Eng.º Joaquim Patrício disse que já era concedida a mesma isenção no estádio e pavilhão municipal às associações e coletividades, mas tinha entendido que a isenção se devia aos torneios lá realizados e era concedida para a utilização do espaço em si. Ao nível das piscinas municipais não entendia no que iria consistir a isenção, se era ao nível do utilizador, do espaço, ou da coletividade em si.-----

---- O senhor Vice-Presidente, Eng.º *Joaquim Patrício* retorquiu que estas isenções não estavam contempladas, que tinha sido uma proposta dos serviços das piscinas municipais e que se destinavam aos utilizadores das associações e coletividades. -----

---- A senhora Dr.ª *Patrícia Fernandes* disse que a isenção existente para o estádio e pavilhão municipal era para o espaço físico em si e nas piscinas o que estava expresso e o que entendia era que a isenção não era para o espaço. Se nas piscinas a isenção era para as pessoas, então a isenção já não seria para as coletividades e associações. -----

---- O senhor Eng.º *Joaquim Patrício* explicou que no regulamento estava expresso que a isenção era para as associações e coletividades e não para qualquer pessoa designada especificamente. Por exemplo, uma associação ou coletividades que tenha atividades de formação poderá utilizar as piscinas municipais. -----

---- A senhora Dr.ª *Patrícia Fernandes* questionou novamente se uma associação tiver quinhentos sócios, a isenção era-lhes aplicada? -----

---- O senhor Eng.º *Joaquim Patrício* respondeu que a isenção era para situações de formação.-----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que não tinha compreendido a explicação e se uma coletividade fizer um protocolo com a Câmara Municipal e não pagar o acesso/utilização das piscinas municipais, então as pessoas poderão inscrever-se como sócios dessa coletividade e não pagar esse mesmo acesso/utilização. -----

---- A bancada da coligação não ficou esclarecida e sugeriu à Câmara Municipal que deveria reponderar a situação e fazer uma proposta concreta, com situações específicas, porque a manter-se o teor desta proposta a bancada abstinha-se. -----

---- O senhor Eng.º *João Tiago* disse que se a Câmara Municipal isentava a utilização do estádio e do pavilhão municipal, as piscinas municipais que também eram um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

equipamento público poderiam ser isentas, por exemplo quando uma associação ou coletividade precisa de fazer um treino específico de motricidade ou hidroginástica com vista à preparação de uma prova desportiva. Os equipamentos municipais deviam estar ao serviço dos munícipes e como tal esta era uma boa alteração.-----

---- Tomou a palavra a senhora Dr.^a *Patrícia Fernandes* para dizer que o regulamento das piscinas municipais expressa o pagamento de taxas para pessoas individuais e nos outros regulamentos, do estádio e pavilhão, era expresso o pagamento de taxas de ocupação/utilização do espaço. -----

---- O senhor Eng.^o *Joaquim Patrício* disse que esta alteração era para acautelar situações pontuais de formação. -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da bancada da coligação do P.S.D/C.D.S e Juntas de Freguesia de Espinho e Freixiosa. -----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes*, em nome da bancada da coligação P.S.D/C.D.S, fez a seguinte declaração de voto: “*a nossa abstenção é motivada pelo fato do teor da redação proposta à Assembleia Municipal não ser clara sobre o conteúdo da isenção*”. -----

---- **Ponto Terceiro da Ordem do Dia “Relatório de Acompanhamento do PAEL – 4º trimestre de execução”** – aprovação e votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal -----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* congratulou-se com o conteúdo deste relatório de acompanhamento, pois aquando da polémica do aumento dos impostos municipais, parecia que os números por ele mencionados não eram os mais corretos, agora na página catorze estava expresso que os valores arrecadados de IMI até finais de dezembro de dois mil e treze eram de 1806595,09€ (um milhão oitocentos e seis mil quinhentos e noventa e cinco euros e nove cêntimos), o que correspondia a um aumento de 49% de receita da Câmara Municipal face a dois mil e doze, isto era um aumento de cerca de 600000,00€ (seiscentos mil euros).-----

---- O senhor Dr. *João Azevedo* respondeu que os impostos não foram aumentados pela Câmara Municipal e quanto à receita arrecadada, aquando da discussão dos impostos municipais, ainda não se sabia qual seria o seu valor e objetivo final. Congratulava-se com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o fato de não tendo aumentado os impostos, a Câmara Municipal ter conseguido resolver um problema financeiro. A variação dos impostos não dizia respeito a alterações ou decisões da Câmara Municipal. -----

---- O senhor Eng.º *João Tiago* informou que ninguém na Assembleia Municipal tinha dito que não havia mais receita, o que ele tinha dito era que se a Câmara Municipal estivesse em situação de incumprimento como estava a receita tinha sido ainda maior, porque nesse caso a Câmara Municipal de Mangualde era obrigada, pela mesma entidade que fez a reavaliação dos prédios urbanos e rústicos, a ter uma taxa máxima de IMI. A Câmara Municipal usufruiu de um benefício que o governo lhe deu, mas não o procurou. -----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* esclareceu que os prédios rústicos não estavam em causa. A avaliação e correção dos valores dos prédios urbanos já foram feitas numa atuação conjunta da Câmara Municipal e do governo. Quem estipulava o valor do IMI a pagar era a Câmara e Assembleia Municipal e na altura tinha alertado que o valor era exorbitante e daria um aumento de 50% relativamente ao ano anterior. Na altura sugeriu ao senhor presidente da Câmara Municipal que reduzisse o valor da taxa do IMI para 0,25% que a bancada da coligação votaria a favor, que mesmo assim teria o dobro da receita que estava proposto no PAEL, o que não foi acatado. -----

---- Quando a Câmara Municipal apresentar a nova proposta de IMI vai levar isto em consideração e este aumento não acontecerá. -----

---- O senhor presidente da Câmara Municipal, Dr. *João Azevedo*, disse que quem estava a pagar a dívida eram os contribuintes, mas que a Câmara Municipal não aumentou nenhum imposto, houve alteração de zonamento. Havia a necessidade de resolver o problema financeiro da Câmara Municipal, do serviço público, e no final do ano far-se-ia uma previsão objetiva para se poderem cumprir as obrigações de pagar a dívida da Câmara Municipal de Mangualde. -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

---- *Ponto Quarto da Ordem do Dia “Relatório de Acompanhamento ao Plano de Saneamento Financeiro – 2º semestre de execução, de outubro de 2013 a março de 2014”* – apreciação e votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Quinto da Ordem do Dia* “**Listagem de Compromissos Plurianuais assumidos pela Câmara Municipal de Mangualde, no período de 17 de abril a 19 de junho, ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal de Mangualde, em 19 de dezembro de 2013, nos termos do art.º 6º, n.º 1, al. c), da Lei n.º 8/2012, de 21/2**” – conhecimento -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

---- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

---- Não havendo mais nada a tratar, a senhora *Presidente da Assembleia Municipal* propôs que a presente ata fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da ata foi aprovada, por unanimidade, e assinada pelos membros da Mesa. -----

---- Em seguida, quando eram vinte e três horas do dia trinta de junho, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a. -----

-----Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -

O/A Presidente,

O/A 1ºª. Secretário/a,

O/A 2ºª. Secretário/a,
